

ARBORIZAÇÃO DE TERESINA

6.0 ARBORIZAÇÃO DE TERESINA

Este capítulo apresenta um histórico da formação do verde da cidade de Teresina, a partir de pesquisa bibliográfica, consulta à legislação, aos Códigos de Postura e de entrevistas com teresinenses.

O histórico mostra que a conscientização ambiental é um processo lento e é resultado dos costumes e atitudes desenvolvidas pelos habitantes de uma cidade ao longo de sua história.

6.1 FORMAÇÃO DO SÍTO URBANO DA CIDADE

Teresina, sendo uma cidade planejada, nasce com objetivo claro e bem definido nos planos do Conselheiro Saraiva. Movida por um ideal de ordem e modernidade, a nova capital do Piauí vinha para resolver as condições deficitárias da economia piauiense à época, e oferecer, aos seus habitantes, condições de habitação, saúde, lazer e desenvolvimento.

Para dar início a esse processo urbanístico em 21 de julho de 1852, a Assembléia Legislativa Provincial publicou a Resolução 315, que elevava a Vila Nova do Poti à categoria de cidade com o nome de ‘Therezina’¹ e transferia a sede da vila para a Chapada do Corisco.

¹ O nome da cidade Teresina foi dado em homenagem a Teresa Cristina de Bourbon, esposa de Dom Pedro II que teria ajudado na criação da nova cidade com doações para a construção da igreja, marco inicial da cidade (SILVEIRA, A., 2003, p. 7).

A data de 16 de agosto, em que atualmente se comemora o aniversário de Teresina, representa o dia em que Saraiva enviou ofício aos presidentes de outras províncias, informando que ele já se encontrava na nova capital e não a data da fundação da cidade (TITO FILHO, 1974).

O Conselheiro Saraiva tinha pressa para instalar a nova capital. Chaves (1993, p. 33) mostra, além do testemunho das condições de insalubridade da Vila do Poti, à época, os motivos que justificaram, segundo a visão de Saraiva, a necessidade de mudança imediata de local da Vila do Poti para a Chapada do Corisco, antes mesmo de receber a Capital.

As inundações constantes e periódicas, aumentadas pelo retrocesso de suas águas, quando o Parnaíba as não recebe com facilidade, têm arruinado a maior parte daquela vila, cujas edificações quase que cessaram e cujo comércio tem diminuído na razão dessa desanimação proveniente das inundações (CHAVES, 1993, p. 33).

Na carta justificativa feita por Saraiva ao Imperador para a instalação da cidade, na Chapada do Corisco, o Conselheiro usa em primeiro lugar, a beleza do local, que considera incontestável. Saraiva pode ser considerado, assim, o primeiro visitante a se encantar com a beleza da Chapada do Corisco.

Não me ocupo em descrever as vantagens e belezas da localidade porque V. Excia. me acreditará nesse ponto sem ouvir as razões, e pela planta conhecerá que a vila se começará muito regularmente. Nessa planta fiz uma mudança e foi fazer sair na grande praça três ruas em lugar de duas, formando três quarteirões dos dois que existem na mesma planta. Os seis quarteirões da grande praça estarão ocupados por belas casas, antes do ano, porque pessoas muito abastadas vão principiar suas moradas e um desses quarteirões já tem todos os alicerces para a grande propriedade, que seu dono promete acabar antes de seis meses (CHAVES, 1993, p. 34).

A mudança da planta da cidade para permitir maior número de pessoas morando no largo da praça, já mostra o *status* dos que pretendem morar na parte central da cidade e a aparente discussão com os moradores do projeto original da cidade.

Essa discussão com os moradores pode ser vista, também, em outra passagem da carta, registrada em Chaves (1993, p. 34), “Em verdade tenho todas as razões para crer na sinceridade de semelhantes promessas porque elas exprimem interesses e necessidades sentidas. Todos os interesses convergem para essa mudança e foi a esses interesses que falei, encaminhei e traduzi em realidade.”

É bem verdade que nesta época era bem mais fácil atender as reivindicações da população que aí residia pelo seu pequeno número. Mas, as providências tomadas para a região

permitiram seu crescimento muito rápido. Segundo Iracildes Lima (2002, p. 181), “de uma população inicial de 49 habitantes, na sua fundação, Teresina cresceu rapidamente; pois dois anos depois de fundada, a cidade já contava com uma população de 8.000 habitantes”. Esse crescimento teve uma das motivações no estímulo dado pelo aforamento dos terrenos situados nas ruas e quadras planejadas.² Iracildes Lima (2002, p. 181) observa ainda que muitas famílias ficavam com a área de uma quadra inteira para suas residências.

Os quintais, resultantes dos lotes avantajados, desta época, serviram de suporte à produção para abastecimento da cidade, logo depois, quando a produção da região passa a ser direcionada toda para a exportação, com o incremento da navegação do Rio Parnaíba.

Para a formação do espaço territorial da nova capital, foi desapropriada uma área de 42 Km² da Fazenda Chapada do Corisco. Tito Filho (1978, p.13), em seu Memorial da Cidade Verde, diz que “somente em 1858 foi concluído o processo de desapropriação do terreno em que foram edificados Teresina e seus subúrbios”.

Esse espaço foi ampliado posteriormente com a anexação de partes de municípios vizinhos até chegar a conformação que hoje tem o seu território. Cederam áreas a Teresina, os municípios de Campo Maior, Altos, Demerval Lobão e Monsenhor Gil até atingir a configuração atual de 1.809 km² (ANDRADE, 2000, p 29).

O traçado inicial da cidade só não se assemelha mais à aparência de um tabuleiro de xadrez porque a diversidade de verde dos quintais que predominava em quase todas as quadras se diferencia do tom bicolor do xadrez.

Segundo Araújo (1997, p. 59),

A cidade de Teresina, na segunda metade do século XIX, passou por transformações sociais e econômicas que possibilitaram a criação de um modelo básico urbanístico. Essas transformações desencadearam um projeto modernizador imaginado pela elite, visando estabelecer novas regras de comportamento coletivo e individual aceitos pelo público.

A construção da Matriz, na parte central da cidade, a destinação dos espaços em torno do largo central para a instalação dos imóveis da administração e a destinação das quadras centrais para receber os senhores abastados, além do traçado das ruas em linhas paralelas, reforçam a configuração barroca da cidade. Na citação de Chaves (1993, p. 34), pode se ver a configuração barroca do traçado da cidade, conforme definição de Rolnik (1995), citada no Capítulo IV deste trabalho:

2 A venda de terreno urbano só passa a existir a partir de 1854 quando é regulamentada a Lei de Terras.

[...] dando-lhes direção por meio da confecção da Matriz, do empenho que mostrei na mudança e da declaração muito formal que fiz de que, devendo em pouco tempo estarem feitas algumas casas ali, eu executaria logo a lei, ordenando para lá a mudança da justiça e do destacamento, que já aí se torna necessária também pela quantidade de pessoas pobres que habitam no porto. (CHAVES, 1993, p. 34).

6.1.1 OS QUINTAIS

O tamanho das quadras e a forma de distribuição inicial desses terrenos, quarteirões inteiros para um mesmo proprietário, possibilitaram a formação de significativas áreas verdes urbanas privadas na capital.

A maioria das quadras ou quarteirões com 40 braças quadradas foi distribuída aos primeiros habitantes da cidade, quase sempre, sem divisões internas. Como os imóveis eram construídos no alinhamento das ruas, possibilitava uma grande área livre na parte dos fundos dos terrenos. Essas sobras de terrenos viriam a constituir os pomares urbanos, que abasteceriam a cidade com frutas a preços baixos, além de se transformarem em locais de convivência. Esses espaços, dada a sua importância na vida da cidade, foram protegidos por lei mais tarde.

Os terrenos destinados aos moradores da cidade, além de servirem como espaço para as construções das moradias, serviam também às necessidades de higiene dessas habitações. Nas habitações, não existiam, à época, fossas sépticas, serviços de drenagem ou esgoto, por isso, os quintais tinham esses objetivos. Os quintais serviam, além de local para higiene, para o apoio dos afazeres domésticos como: cozinhar, lavar, abrigar animais de transporte de água e serviam também de moradia para os empregados. As áreas livres de edificações para desempenharem essas funções, precisavam então ser protegidas do sol e isso se dava pela sombra das árvores nativas ou pelas que aos poucos iam sendo plantadas pelos novos habitantes da cidade.

Incentivados pela legislação e pela necessidade dos moradores, os quintais ao longo do tempo se transformam em pomares e passam a ter grande importância no abastecimento da cidade. Iglesias (1958) quando aqui esteve em 1913, como inspetor do Ministério da Agricultura em missão de inspeção dos manjorais, pôde constatar este fato:

Em Teresina, tínhamos frutas em grande quantidade e por baixo preço. Bananas-maçãs, grandes e saborosas, como não há no sul, a cinco tostões o cacho; pinhas ou frutas do conde, deliciosas, de polpa branca, a dez tostões a dúzia; mangas das mais gostosas variedades, quase de graça – por alguns tostões comprávamos um saço cheio; melões saborosos e grandes de 3 a 4 quilos, por quatro tostões (IGLÉSIAS, 1958, p. 44).



Foto 12 - Panorâmica do Centro de Teresina (2002) e miniatura da primeira planta da cidade.

Fonte: Revista Caderno de Teresina, n.32, 2000

Araújo (1997, p. 39) quando fala do uso dos quintais pela população pobre, diz que estes plantavam

culturas de subsistência e criavam animais domésticos. Nos quintais de suas habitações, ou mesmo em terrenos nas proximidades dos rios Parnaíba e Poti, o homem pobre cultivava roças de subsistência, plantando milho, feijão, abóbora, mandioca e banana. Criava soltos alguns animais, como burro, cabras, galinhas e porcos.

Dona Ilma, uma das moradoras de Teresina, de 82 anos, entrevistada neste trabalho, faz o um relato da evolução dos quintais,

Isso aqui era nosso, todinho, desde ali do colégio [Instituto Dom Barreto]. Isso aqui era um sítio. Tinha todo tipo de fruta no quintal. Tanto que aqui toda época tinha frutas, porque nós tínhamos manga, nós tínhamos da jaca, que é a fruta de lei como se chama né? ao limão azedo. Você acredita? Mangas de várias espécies. Tinha limão doce, tinha laranja, tinha sapoti, que é uma frutinha até rara, né? Sapoti, todo tipo de fruta tinha aqui nesse quintal. Era uma beleza! E todo mundo tinha sua plantaçozinha. Quando tinha, assim, um quintalzinho, assim, que não tinha muita fruta, mas se tinha um pedacinho, ainda plantava milho e feijão; pra dá uns pedacinhos de milho, uns pezinhos de milho (Entrevista com Ilma Mendes dos Reis).

Os quintais despertam saudade nos moradores de Teresina. O ambientalista Alcides Filho, em entrevista, cita uma frase de Torquato Neto, mostrando a saudade que ele sentia dos grandes quintais de Teresina.

O Torquato Neto, o nosso poeta da cidade, o tropicaliente, disse que “verdes são os quintais da minha terra”. Ele estava referindo-se a Teresina; a que tipo de quintal? Não necessariamente o quintal nativo, mas o quintal frutífero. É costume nosso, ou como era costume nosso, o plantio das carambolas, dos sapotis, das pitombas, dos cajus, dos umbus nos quintais (Entrevista com Alcides Soares da Silva).

Vale ressaltar a importância dos quintais na vida da população. Esses espaços representam para muitas pessoas um local de sombra, ambiente de lazer e complementação de renda. Dada a importância das árvores frutíferas para os habitantes da cidade, o poder público chegou a disciplinar a sua plantação e seu corte.

O Código de Postura do Município de 1854 já mostra a institucionalização da preocupação com o corte de árvores frutíferas,

Nas terras da mesma câmara ninguém poderá derribar árvores frutíferas de qualquer das espécies de que se faz uso, salvo porém se o serviço de alinhamentos, edificações e plantio mais proveitoso o exigirem: aos infratores

multa de dez mil reis, e se forem escravos por elles responderão seus senrs, ou cinco dias de cadeia (TERESINA, 1854.)³.

Chaves (1998, p. 37) diz que o poder público com a intenção de afastar a população pobre do centro da cidade, criou um Código de Postura em 1867, onde no Artigo 42 “Não se permite edificação ou reedificação de casas de palha dentro dos limites da décima quadra urbana”. Ainda neste artigo o mesmo Código de Postura estabelece que:

A câmara se encarregaria de plantar árvores frutíferas, de preferência mangueiras, tamarineiros, jaqueira, pequi, bacuri, nas estradas, em terras de seu patrimônio, de um e outro lado, especialmente: Desde o cemitério até o extremo do campo de marte; Em todas as praças e quadros dos limites da décima urbana; Em todos os portos e passagens públicas e nas proximidades das casas de passagens; No matadouro público, em derredor do curral, e pelo menos quando arruamentos de doze árvores cada um, na frente do mesmo matadouro (SOARES, 2001, p. 98 e 99).

Analisando esse código, pode se verificar a utilização das folhas de palmeiras na construção em coberturas das habitações na cidade. Em alguns depoimentos, pode se verificar que o uso da casa de palha não estava ligado só à condição de pobreza dos habitantes, mas também à possibilidade de amenizar o calor, fazendo com que muitas pessoas de posses optassem em morar em casas de palha.

Por outro lado, esse Código de Postura tem uma posição mais agressiva, pois deixa de apenas proteger as árvores existentes, como acontecia no código anterior, para estabelecer um plano de arborização para a cidade, com um novo enfoque, a arborização dos arruamentos, à época, considerados estradas, com a plantação de fruteiras já adaptadas à região.

No final do século XIX, a maioria da população, segundo Araújo (1997, p. 77), constituía-se de ex-escravos, migrantes, homens livres e pobres. Essas populações “viviam, em áreas insalubres da cidade, no desconforto, na doença, na imundice e na promiscuidade”. A situação de degradação da cidade continuava a preocupar seus dirigentes. Essa condição de miséria era refletida pela quantidade de pessoas que ficavam na rua sem abrigo.

As árvores surgem, novamente, como uma saída para o embelezamento da cidade e conforto para a população. A Câmara Municipal de Teresina, em 1890, faz apelo ao proprietário de casas e terrenos da cidade para plantarem árvores em frente às suas propriedades, seguindo alinhamento e espaços designados. Aliás, a preocupação com o embelezamento da cidade já se fazia presente desde 1880, quando o Código de Postura da Câmara Municipal de Teresina, no seu capítulo III, trata da edificação da décima quadra urbana e aforamento da cidade. Pelo artigo 16,

3 A grafia é a original do texto. O documento original encontra-se no Arquivo Público de Teresina

é permitido o plantio de árvores nas ruas e praças da cidade, como mangueiras, castanheiros e outras espécies cujas folhagens se conservassem em todas as estações (ARAÚJO, 1997, p.77).

Os Códigos de Postura do século XIX demonstram, assim, uma preocupação com a arborização da cidade, que pouco deixa a desejar às recomendações do século XXI. Existem, nestes códigos, cinco aspectos a serem comentados:

a punição para os que cortassem árvores desnecessariamente;

o controle institucional desses cortes;

a utilização de árvores nativas e adequadas a vida urbana, na arborização das ruas e espaços públicos (chamando a atenção para o problema das folhas caducas que implicariam manutenção com varrição);

a participação da população no trabalho de arborização;

uma política bem definida de arborização das ruas, praças e espaços públicos.

O fato de existir uma legislação de proteção às árvores frutíferas, de incentivos à plantação de árvores na cidade e punição para os infratores, não permite afirmar que aqueles dirigentes possuíam consciência ambiental, pois a preocupação dos dirigentes não se fundamentava na preservação ambiental, mas na necessidade de usufruir os frutos, pela população de baixa renda para alimentação, comércio ou conforto ambiental e utilização da sombra para a proteção: dos animais destinados ao transporte de água, dos homens e das mulheres que trabalhavam ou perambulavam nas ruas e não uma preocupação com a degradação do meio ambiente, no sentido de preservá-lo.

Embora, segundo exposto no capítulo I, deste trabalho, o ambientalismo só venha se estabelecer no próximo século, meados do século XX, o que já se via em Teresina, era uma tentativa de usar os recursos naturais existentes na solução dos problemas locais de maneira que eles não se esgotem. O que, de certa forma, demonstra uma conscientização da população para a preservação do verde da cidade.

Toda essa preocupação institucionalizada com a arborização da cidade pode ter sido a causa principal da visão de verde deixada no visitante Coelho Neto, em 1899, quando chamou Teresina de “Cidade Verde”⁴. Segundo Iracildes Lima (2002, p.184), nos primeiros tempos,

4 Coelho Neto, considerado o príncipe da prosa brasileira, um dos primeiros a tratar o tema ecologia em seus escritos, esteve em Teresina em 1899, como secretário do comitê responsável pelas comemorações das festas de mais um centenário do descobrimento do Brasil, na oportunidade chamou Teresina de Cidade Verde.

o verde da cidade, formado pelos pomares particulares, praças e ruas arborizadas, de tão expressivo, chamava a atenção dos visitantes, tendo, por isso, recebido a denominação de “Cidade Verde” do poeta maranhense Coelho Neto, quando visitou a cidade, em 1899.

A partir de 1889, com a Proclamação da República, o novo ideal de modernidade tem o foco deslocado da natureza para a infra-estrutura urbana. Os gastos com arborização de praças e ruas são agora divididos com pavimentação, energia, distribuição de água, coleta de lixo, abertura de ruas, galerias de drenagem de água pluvial, etc. As praças, que antes recebiam apenas arborização, agora passam a ter coretos e iluminação pública.

O resultado dessa mudança de visão dos administradores tem seus reflexos na cidade. Teresina, em 1913, já não se apresenta com o mesmo aspecto visto por Coelho Neto. Iglésias (1958) descreve a imagem que levou de Teresina.

As ruas eram bem traçadas, em sentido retangular; infelizmente, quase sem arborização; as praças eram grandes, com algumas árvores de sombra, porém sem ajardinamento; única exceção era o jardim que ficava atrás da Igreja do Carmo⁵. As principais ruas eram: rua Bela, rua Grande e rua Paissandu; as praças mais importantes, pela sua área e localização, tinham os nomes de : “Saraiva”, “Aquidaban” e “Marechal Deodoro”. Nesta última estava o Palácio do Governo, Assembléia e Escola Normal. Ia até à beira do Rio, no porto dos naviozinhos” (IGLÉSIAS, 1958, p. 42).

Na fala de uma das entrevistadas, também, se percebe a escassez de árvores nas ruas e a existência de árvores nas praças,

Quer dizer que eu tenho mesmo quase oitenta e dois anos que moro aqui, né? Pois é, aqui esse tempo em que eu cresci aqui, que fui crescendo, eu ... todo tempo eu vi árvore por aqui. No centro tinha aqueles pés de oitis muito grandes na praça Rio Branco, eram aqueles pés de oitis, que hoje ainda tem, né? Mas eram muitos mesmo pés de oitis. A praça Pedro II, também era... o que mais ... o que plantavam eram oitis.(Entrevista com Ilma Mendes dos Reis).

Nas ruas mais afastadas do centro, a entrevistada, quando indagada sobre a presença de árvores nas ruas, diz:

Não tinha assim, porque as ruas eram, eram muito estreitas, as ruas, né? Mais lá alguma vez, mais lá distante tinha. (Entrevista com Ilma Mendes dos Reis).

A citação de Iglesias (1958, p. 43), referindo-se aos quintais de Teresina, em 1913, demonstra a importância destes, na cidade, para o convívio das pessoas e a relação da população com a fauna local:

O quintal em que morava o casal Charropin era grande e arborizado. Predominavam os cajueiros e as anonas, isto é – fruta do conde ou pinha... Em pouco tempo, D. Mimi povoou o seu Éden de macacos, papagaios e araras. Era um encanto ver aquela bicharada alegre, saltitante e palradora.

As observações de Iglésias (1958, p. 43), acima, demonstram que, embora as ruas não se mostrassem com o mesmo vigor percebido por Coelho Neto, os quintais continuavam com as suas funções preservadas.

Com o passar do tempo, os terrenos que eram formados por quadras inteiras vão sendo divididos, em decorrência de herança, necessidade dos membros das famílias originárias em edificarem novas moradias para parentes, loteamento, invasão pela área comercial, verticalização etc. conforme se verificou no capítulo V deste trabalho.

6.1.2 AS PRAÇAS

Até então as praças eram pontos de encontro. Eram utilizadas pelos mais velhos em suas conversas matutinas e pelos mais novos nos seus encontros noturnos. As praças serviam também como abrigo de animais e eram utilizadas em ocasião de reuniões, em que o número de pessoas era muito grande.

O projeto inicial da cidade, dentro de um ideal de desenvolvimento e modernidade, importado dos centros urbanos europeus, previa espaços livres para a formação de praças. As praças do Largo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo (Marechal Deodoro) e Aquidaban, além do Largo do Saraiva e da Praça João Luis Ferreira, podem ser vistas já na planta inicial da cidade.

Em um projeto barroco, como o de Teresina, os largos e praças são locais de destaque na cidade. As elites procuram morar ao redor destes equipamentos público. Para servir ao bem-estar dessa elite, é utilizado o que há de melhor em termos de tecnologia nestes espaços. São construídas avenidas para lhe dar acesso e aí se instalam as melhores soluções em termos de iluminação pública, equipamentos de lazer e pavimentação. (ROLNIK, 1995, p. 61).

A arborização das Praças de Teresina, no século XIX, evolui de uma responsabilidade exclusiva do governo para uma responsabilidade compartilhada com a sociedade, como se pode ver nos Códigos de Postura de 1854, 1867, 1880 e 1890, já citados anteriormente. (TERESINA, 1854, 1867, 1880 e 1890). Esse fato se repete no final do século XX, quando o IBAMA, a Prefeitura e a Universidade fazem uma campanha de adoção de Praças pela população.

Em quase todos os mandatos executivos, os relatórios de governo mostram a preocupação com a arborização da cidade. O ideal de beleza das cidades está intimamente ligado à beleza cênica formada pelo conjunto arquitetônico e a sua vegetação. Nesse contexto, as praças são fundamentais como elementos constituintes desses cenários.

Os registros históricos pesquisados mostram que, a partir de 1858, quando aqui se estabeleceu a Companhia de Navegação do Rio Parnaíba, a cidade entra num processo de crescimento acelerado (CAPÍTULO V).

A expansão da cidade se dá nas direções norte com a construção do cemitério São José, em 1862, e para a direção sul, em 1866, com a construção da Igreja das Dores, a abertura da estrada dos imigrantes (Estrada Nova), resultando no Bairro Vermelha e com a construção dos pontilhões do Barroão e Rua Rui Barbosa. Em 1886, a inauguração da Igreja de São Benedito inicia a expansão para a zona leste da cidade.

Com o crescimento do sítio urbano, surge a necessidade de modernização dos espaços públicos. A praça Marechal Deodoro, em 1865, recebe iluminação pública a querosene e já se mostra como centro administrativo da cidade, abrigando ao seu redor o Palácio do Governo. Nesse espaço também foi instalado o mercado público, em 1866, para organizar o comércio local (TITO FILHO, 1978, p.13). Fotografias da época mostram a pouca vegetação da praça quando da fundação do mercado público (BARBOSA, 199?).

No outro lado do largo da Igreja Matriz, forma-se o centro comercial da cidade, na Praça Uruguaiana, hoje conhecida como Rio Branco, atraindo para o local o comércio da cidade, os bares e o teatro, tornando-se o centro comercial mais movimentado de Teresina do final do século XIX até a última década do século XX, quando se estabeleceram na cidade os grandes parques comerciais, os Shopping Centers, na zona leste.

Em 1882, a cidade recebe 80 lampiões de querosene em postes de madeira. Em 1901 esses postes são 117, sendo ampliados nesse mesmo ano para 140 postes de aroeira (TITO FILHO, 1978, p. 14,19). A utilização das árvores nativas no fornecimento dos postes para iluminação também demonstra a ligação que existia, à época, entre desenvolvimento e a vegetação local.

Coelho Neto, em seu poema “A Árvore II”, diz que as árvores, àquela época, acompanhavam a vida do homem desde o seu nascimento até a sua morte, lhe fornecendo todo o material necessário a sua sobrevivência e desenvolvimento.

Com a Proclamação da República, em 1889, e a promulgação da Constituição Estadual de 1891, a administração de Teresina é desvinculada da administração da Província e um ideal de ordem e progresso se instala na administração pública local. Dentre as medidas tomadas pelo Poder Público, por meio do Conselho de Intendência, a que chamou mais a atenção foi a que obrigava os habitantes de Teresina a varrerem as ruas todos os sábados, em frente as suas casas até o meio dia (TITO FILHO, 1978).

Dadas as precárias condições sanitárias da cidade, a preocupação com a segurança e com a higiene, passam a ser os focos das próximas administrações. A cidade começa a receber alguns benefícios públicos. De 1888 a 1906, é implantada a rede de água e esgotos da cidade. O telefone surge em 1907; a iluminação elétrica, em 1912; o bonde com motor a explosão em 1927 e o calçamento das ruas, em 1929. Daí até a década de 50, a cidade adquire aspectos modernos de estética urbana e se torna o principal centro econômico do sertão do Piauí e do Maranhão, registrando um notável crescimento da população urbana, com uma taxa de 6,7% a.a, entre 1950-1960 (CAPÍTULO V).

Na década de 1960, tem início a consolidação do sistema viário com a abertura de grandes avenidas, e se inicia também a ocupação da zona além do Rio Poti (zona leste da cidade). A interferência da urbanização na vegetação remanescente, a partir de então, provoca alguns conflitos com a população que reage à retirada da vegetação nativa da paisagem da cidade.

A preocupação com as praças tem período de euforia e de abandono. No período de 1890 a 1902 se restringe apenas a pequenas reformas de manutenção. O forte das administrações desse período foi a higiene da cidade. A limpeza das ruas, a proibição de gado solto, retirada de entulhos das ruas e casas e a adoção de um novo Código de Postura, com a obrigação de latrinas nas residências, são as obras desse período.



Foto 13 - Largo da Praça Marechal Deodoro da Fonseca no final do século XIX, centro político, social e comercial da cidade.

Fonte: Teresina 1852 a 2002, Gráfica Halley S.A., 2002



Foto 14 - Praça Marechal Deodoro, no século XX, totalmente arborizada.

Fonte: Teresina 1852 a 2002, Gráfica Halley S.A., 2002.

A cidade, por volta de 1907, já contava, segundo Tito Filho (1978, p. 19), com 2000 casas. Em 1912, com a colocação de iluminação nas praças, estas passam a ser usadas também à noite. As bandas de música e os comícios nos coretos são o ponto forte desse modelo urbanístico complementados pelos jardins arborizados com oitis.

Tito Filho (1998, p. 20) descreve com entusiasmo a reinauguração dos jardins da Praça Uruguaiana, à época. “Deslumbrante aspecto a inauguração de novos jardins e da luz da Praça Rio Branco. Houve conferência de Mário José Batista. No coreto, presença do governador Miguel Rosa”. Em 1914, o autor diz que:

Com luz elétrica a praça Rio Branco é palco de animada freqüência à noite. Senhoras, senhoritas, cavalheiros e crianças ali passeiam até as 21 horas, com a saudosa retreta das bandas de músicas, executando peças musicais célebres. (TITO FILHO 1978, p. 20).

Os nomes das praças denotavam reconhecimento da importância do homenageado para a cidade ou para o país. Em 1917, a lei 96 autoriza a desapropriar os casebres entre as ruas Coelho Rodrigues e Eliseu Martins, para a construção de uma praça com o nome do primeiro juiz federal no Piauí, Demóstenes Constâncio Avelino, em terreno doado pelo homenageado. (TITO FILHO, 1978, p. 21).

A partir de 1922, entra em cena a Praça Pedro II, quando são inaugurados os seus jardins. E em 1930 acontece a remodelação da Praça João Luis Ferreira: meio fio, calçamento, passeios e iluminação interna (TITO FILHO, 1978, p. 21). E para completar o embelezamento da cidade, em 1932, é construída a avenida Odilon Araújo⁶ (hoje Antonino Freire) com canteiros centrais. Ainda nesse ano, com um engenheiro na administração, a cidade volta a valorizar os seus espaços verdes. Acontecem, então, a remodelação da Praça Marechal Floriano e o término da reforma da Praça João Luis Ferreira. São plantadas cerca de 300 árvores na praça Saraiva e arborização com palmeiras da Av. Antonino Freire em frente ao Palácio de Karnak. É desta época, também, a arborização da rua Lizandro Nogueira.

Uma característica marcante desse tipo de arborização de praças e ruas, na época, foi à homogeneização dos tipos de árvores por logradouros.

Em 1935, a praça Rio Branco é novamente remodelada. Coreto moderno e bancos de concreto armado são os sinais dos novos tempos. O novo modelo toma conta da arquitetura das

6 O nome de Odilon Araújo volta a ser usado posteriormente como nome de avenida. Desta vez, na avenida que dar acesso ao Bairro Piçarra.

praças. A vegetação da moda é o ficus podado em várias formas. Segundo Tito Filho (1978, p. 28), na remodelação da Praça Pedro II na época, foram plantados 41 ficus. A homogeneidade da vegetação iniciada com a plantação de 300 árvores na Praça Saraiva, aqui se faz presente pelo ficus.

Essa forma de arborizar as praças, embora hoje não fosse considerada ecologicamente correta, agradava o morador de Teresina,

A vegetação das praças era a coisa mais linda do mundo. Nós tínhamos a praça João Luis Ferreira, apresentando uma vegetação muito linda porque tinha várias formas de... vários desenhos feitos com o próprio figo, aquela figueira e apresentava muitas variedades, inclusive, nós tínhamos feito com a própria vegetação, labirintos para que as crianças brincassem, essa coisa toda, era muito bonito. A Praça Pedro II, nem se fala. A Praça Pedro II, aquela parte de cima tinha uma decoração feita com a própria planta que era coisa de se fazer inveja pra qualquer um que passasse aqui por Teresina. E a praça Rio Branco, também, não deixava a desejar, está entendendo? Embora menos, mais um lugar com muita sombra (Entrevista com Sr. Francisco de Assis Araújo).

A cidade continua a crescer e surge então a necessidade de áreas maiores para o lazer da população. Em 1939, surge o primeiro parque ambiental da cidade, o Parque Municipal de Teresina, localizado no bairro Buenos Aires⁷, com área de 38 ha. Esse parque foi criado em uma antiga área do Horto Florestal e ainda hoje é a maior área de preservação de acesso público da cidade administrada pela PMT.

Em 1941, é criado o Parque da Bandeira na parte mais baixa da Praça Marechal Deodoro da Fonseca.⁸ Para tanto, foi arborizada certa parte da praça, introduzindo no local os mais variados pássaros e bichos, colocando-os em viveiros e acomodações condizentes. Para a proteção da área foi construída uma cerca com arame farpado (BARBOSA, 199?). Segundo o autor, por anos seguidos na parte de trás se armavam os circos que passavam por Teresina.. Pela configuração dessa área, se chamava o local de bacia. Nesse lugar, as normalistas costumavam fazer educação física e as grandes festas cívicas. Uma das entrevistadas lembra-se muito bem daquele local.

7 Segundo publicação da Prefeitura de Teresina (1999), nesse parque se desenvolve atividade de educação ambiental formal e não formal. Como espaço para a educação formal, ele oferece espaço para pesquisas com elementos da natureza, contando para isso com um laboratório além de um herbário com vegetais secos para estudos de botânica. Na área não formal, destacam-se as trilhas educativas para os visitantes, auditório para cursos, seminários e treinamentos. Nesse parque se localiza o centro Municipal de Produção de Mudanças subordinado ao Departamento de Praças e Jardins.

8 O logradouro foi chamado inicialmente de Largo do Palácio; depois, Praça da Constituição; mais tarde, Praça Marechal Deodoro da Fonseca e Parque da Bandeira. O parque da Bandeira foi criado na parte de trás da Praça Deodoro em 1941 quando foi colocado um parque com pássaro de várias espécies.

Ali onde era aquela, onde fazia os festejos de comemoração do dia da árvore, era lá. Chamavam bacia. Agora não sei porque. Só se era por causa do formato do terreno. Aí depois fizeram a praça da Bandeira (Entrevista com Ilma Mendes dos Reis).

Percebe-se uma mudança no estilo das praças até então construídas e uma tendência à criação de pequenos parques ambientais. A próxima ocorrência de criação de novas praças na parte central da cidade tem registro em 1946, quando é realizada a arborização da praça Landri Sales, e quando a praça de São Benedito começa a ser arborizada em 1947, ao mesmo tempo em que se urbaniza, também, a Av. Frei Serafim.

Em 1951, segundo depoimento coletado nesta pesquisa, as escolas faziam campanhas de arborização de ruas com seus alunos.

A urbanização das ruas com pavimentação e posteriormente com asfalto trazem muito desconforto para os transeuntes em Teresina, pela elevação da temperatura, que já é bastante alta na cidade. Assim, a arborização das ruas se torna cada dia mais necessária.

Na Avenida Santos Dumont, encontramos dois fatos curiosos nessa pesquisa: o primeiro é o relato de quem participou da plantação daqueles oitizeiros e o outro, a luta do mesmo cidadão, 40 anos depois, protestando contra a poda radical destas árvores, demonstrando que a EA formal já se praticava no Piauí àquela época, com bons resultados. Na entrevista, o Sr. Carvalhinho assim se expressa:

Ah! por que dependia muito de sombra. Aquilo ali foi plantado ainda no tempo em que eu estudava no Dom Severino; A nossa diretora [era] Maria do Socorro Bastos, a mulher do Mestre João Bastos, [...]. Aí nós plantamos aquele oitizeiro no dia 12 de outubro de 1951, foi um dia de terça-feira. Os alunos do colégio Dom Severino de Melo, ali na Alameda Parnaíba, nós conseguimos na EMBRAPA⁹, nesse tempo eles davam mudas, não sei se ainda dão ainda, aí nos fomos plantar de lá do canto do cemitério até a entrada do Aeroporto velho antigo, que é na Santos Dumont. Aqueles pés de oiti eles são plantados em 12 de outubro de 51, 1951, num dia de terça-feira. Eu lembro muito bem, eu fazia, nessa época, a quarta série do primário. Nós saímos do colégio depois do recreio, merendamos, todo mundo merendou e saímos, retornamos para casa depois de meio dia. Cada um trazia um pé, uma planta. Não foi eu que plantei só, meus amigos, meus coleguinhas também plantaram, mas eles são de 51 (Entrevista com o Sr. Luis Pereira da Silva - Carvalhinho.).

Os oitizeiros da Av. Santos Dumont fazem parte da vida dos moradores do local, fazem parte da sua história. O Sr. Carvalhinho diz que

⁹ O entrevistado cita o nome atual, mas o antigo era IBDF

em 54 eu sofri um acidente ali na [rua] Rio Grande do Norte, caiu uma parede lá, 14 de fevereiro de 54. Eu fui acidentado, morreu uma criança também lá... esse menino foi estirado debaixo desses pés de oiti, já estavam grandinhos. Hoje lá o cara até já plantou outra carreira assim apegada, onde houve o acidente. Na Rua Rio Grande do Norte tem uma carreira de pé de oiti na casa, casa de esquina que tem um pé de caju...(Entrevista com o Sr. Luis Pereira da Silva - Carvalhinho.)

Continuando, o entrevistado relata mais um fato ocorrido que o ligou aos oitizeiros.

Quando foi agora em 92 o Senhor Nogueira, ali da INFRAERO, queria mandar decepar tudinho dizendo que ia.... eu fui um dos que denunciei para o IBAMA, eles ainda cortaram dois pés ainda, pode perguntar ao rapazinho ali da oficina que ele.... Ai eu soube que eles estavam cortando com o motor-serra, liguei para o IBAMA, o IBAMA veio imediatamente perguntar quem mandou e com autorização de quem que eles iam decepar tudo. “Não, por que estava empatando a visibilidade dos aviões, não sei o que”. Que nada rapaz! Eu trabalhei na aviação desde de 1956 pra cá nunca vi acidente por causa daqueles pés de oiti. Ai o IBAMA parou, mas eles ainda cortaram dois ainda, tem dois cortado, ali na entrada da Avenida dessa que vai, para entrar na avenida Centenário, da Centenário entra na União, ...União não, na... na Santos Dumont, ainda cortaram dois, dois pés de oiti ainda, na esquina onde tem a farmácia. Pois esses pés de oiti foram plantado nessa época, de lá pra cá eles só tem caído, ficam decadente, eles cortam, são podados, mas ainda tem bastante ainda. .(Entrevista com o Sr. Luis Pereira da Silva - Carvalhinho).

Esse fato aconteceu às vésperas da Rio 92. Os jornais da época questionavam o comportamento das instituições que desrespeitavam o meio ambiente com tanta intensidade.

Ainda no início da década de 1950, para as comemorações do I Centenário da Cidade é reformada a Praça Saraiva e a decoração da Praça João Luis Ferreira, para a feira de amostra que seria realizada no I centenário da cidade. Para o centenário, a Praça Pedro II recebeu o palanque da festa em frente ao Teatro 4 de Setembro.

No final da década de 1950, são executadas as reformas nas praças Rio Branco e Pedro II, é, também, executada a reforma da praça Landri Sales. A praça Landri Sales embora tenha sido arborizada em 1946, com seus grotões, ainda representava sérios problemas de drenagem para a região. O depoimento de uma das entrevistadas demonstra isto.

Não sei porque. Porque ele era, parecia assim um poço, viu? E era só pedra, era mais era pedra. Ali tiraram tanta pedra, quebraram tanta pedra, que eu nunca vi. Eu tinha muito medo. E era assim, ... parecia mesmo assim um poço. Era bem ruim ali pra gente passar, o acesso era bem ruim (Entrevista com Ilma Mendes dos Reis).

A vegetação dessa praça, também, ficou gravada na memória da entrevistada. Foi implantada já adulta, segundo a moradora da região, foi grande a admiração de todos.

Mas já achei tão importante esse trabalho dele, viu? porque todo mundo dizia assim: aquele ali é doido, dizia logo que aquilo ali não vai dar certo. Porque, olha, se tirar uma planta adulta, era mesmo assim já mesmo, agora diz como a história: já uma planta velha mesmo! Tirar pra transportar pra fazer o transplante ali em outro, como é, em outro local, é muito difícil. Pois ele fez, e eu acho que ele não perdeu nem muitas árvores (Entrevista com Ilma Mendes dos Reis).

As novidades tecnológicas e as manifestações culturais do final da década de 1960 trazem para a praça de Teresina, o Teatro de Arena, em concreto, construído no Parque da Bandeira. É do final dessa década, também, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de Teresina, já tratado no capítulo IV deste trabalho. Esse plano apresenta o primeiro estudo científico da necessidade de áreas verdes da zona urbana de Teresina. Estabelece um índice de área verde de 8,00 metros quadrados por habitante, como o índice mínimo a ser atingido com o processo de arborização previsto para cidade. O plano cria um projeto de áreas de convivência, apoiado em distâncias máximas, que as pessoas teriam para se deslocar para o lazer. Esse plano estabelece também um sistema de circulação radial, com pólo de atração principal no centro comercial da cidade. Embora o PDLI não tenha sido implantado totalmente, ainda hoje serve de modelo para os outros planos da cidade.

Com a implantação do PDLI, a abertura de novas avenidas se faz necessária. A interferência dos processos de alargamento das avenidas inclui a derrubada de algumas árvores remanescente da vegetação nativa, o que já provoca manifestação contrária do Teresinense em 1970.

A população, que tinha se acostumado com proibições de corte de árvores e a convivência pacífica com estas nos quintais e nas ruas, mostra resistência em pontos localizados da cidade quando do corte da vegetação para abertura destas avenidas e poda de manutenção das redes de energia e na área do cone de aproximação do aeroporto. Já foi mostrada acima a resistência da população quando do corte das árvores da Av. Santos Drumond, mas a pesquisa encontrou, também, alguns acontecimentos semelhante na rua Palmeirinha, hoje Clodoaldo Freitas, que merece destaque e que é de conhecimento de toda a população da região. A derrubada da Palmeirinha é um fato emblemático do apego do Teresinense com o verde da cidade. A regularização da Av. Miguel Rosa, com 3.600 metros de comprimento para consolidação do plano urbanístico da cidade, provocou interferência com a vegetação nativa. Os entrevistados contam assim a história de algumas árvores que tiveram que ser derrubadas à época.

Então com a mudança... ali ela não atrapalhava nada, mas com o desenvolvimento e o alargamento das ruas, fazendo essas avenidas, ela ficou inconveniente a posição dela lá, no meio da rua. Então os motoristas diziam

que aquilo ali, ia... acontecia muito, muito desastre, né? porque elas ficavam... mas era bonita, minha filha! (Entrevista com Ilma Mendes dos Reis)

[...] era linda, antiga mesmo. Essa palmeira cresceu, essa palmeira não era para ser arrancada. Porque eu vejo tanta porcaria ali perto do Karnak, ali no..., no coisa ..., e não foi arrancada. Ele vinha era bêbado, vinha, era, esse doutor.... Mas como o prefeito era sem-vergonha, viu! Ao compactuar com esse doutor vagabundo e bebo, que ele vivia era bebo. (Entrevista com Sr^a. Josefa Sousa)

A palmeira nunca era pra ser arrancada, era pra ter ficado aí como tem ali perto do Karnak tem aquelas plantas, tem aquelas carnaúbas. Aqui também era para ter ficado a palmeira aí e ela não[...]ficado aí agora [...] no meio fio ainda, a palmeira.(Entrevista com a Sr^a. Geralda Souza)

A convivência com as árvores locais trazia alguns sentimentos à população, de admiração, de referência e até mesmo de amizade e solidariedade. Em algumas das entrevistas podem-se ver esses sentimentos nos entrevistados:

Ali era uma divisa de quem morava ali e saia para outro lugar, quando voltava, ali servia de uma divisa, quando voltava pra cá. E depois que a palmeira arrancou, pessoas que vinham antes, se viam perdidos porque não tinha a palmeira Olha, o pessoal todinho chegou aí, ficou tudo arrodado no pé da palmeira. E ele mandando os cabocos vim arrancar. Aí o pessoal dizendo que ele não arrancava, não arrancava. Aí ele mandou botar o trator. Aí o pessoal saíram, aí eles meteram o trator para derrubar. Demar, ele era o empregado da Prefeitura. mas ele xingou muito ele, que ele mandou derrubar a palmeira. Porque aquela palmeira, não era pra ser derrubada não. Aquela palmeira ali, ela evitava muita coisa, aquela palmeira. A gente ficou com muita pena, que essa palmeira foi palha por todo lugar dela. Ela caía coco e a gente quebrava os côco, assim, dela, viu? Ali, minha sogra quando chegou ali, a minha sogra quando ela chegou ali, aquela palmeira era pequena. Quando eu cheguei pra lá, ela já era grande. Isso aí, teve gente com traje de padre, teve missa, aparecia santo aí perto da palmeira e já a sentinela aí, com um horror de vela acesa. Aí ele viu e ficou com vergonha, mandou cortar a palmeira todinha, tirar os pedaços da palmeira e tirar daí porque era uma sentinela mesmo todo santo dia, de vela acesa, viu. Tinha um pé de tamboril muito grande. O pessoal não queria que derrubassem. Aí quando apareceu assim com uns três dias, tocaram fogo. Amanheceu foi o fogo pegando nele. Pegou e o fogo nunca apagou até quando o galho acabou. O galho caiu (Entrevista com Sr^a. Geralda Sousa)

[...] era uma rua pavimentada, o proprietário do terreno na frente derrubou os três pés de pitomba. Isso deixou toda a meninada triste; não fizemos protesto, acatamos o que foi feito, achamos que foi um tanto arbitrário o que foi feito, mas o que podíamos fazer? Bem, já o que aconteceu com a palmeirinha, foi diferente; a palmeirinha tinha o apego da população, as pessoas mais velhas tinham um apego muito grande com a palmeirinha, diferente dos três pés de cajá pois quem usufruía eram as crianças, os meninos que jogavam bola; também as pitombas, que os meninos era quem brincavam, que trepavam nos pés de pitomba. A palmeirinha, ela era mais forte; o pessoal da rua se

identificava muito com a palmeirinha, ela dava o nome da rua, né? Com o progresso da cidade, mais uma vez... era preciso ampliar, botar mais uma pista na Avenida Miguel Rosa e essa palmeirinha ficava no meio.... (Entrevista com o Prof. Luís Carlos Sales).

6.1.3 OS PARQUES AMBIENTAIS

A partir de 1970, com o aumento da população da cidade, das ocupações irregulares, da construção dos conjuntos habitacionais de grande porte e a falta de recursos para a implantação do programa de arborização planejado, o verde natural da cidade vai desaparecendo. Por outro lado, para compensar esses problemas, o Governo do Estado imprime uma política de criação de parques ambientais. O primeiro a ser construído, na época, foi o Zoobotânico às margens do Rio Poti com 136 ha de área arborizada, na sua maior parte, mata nativa. Com o surgimento de recursos do Orçamento Geral da União para regularização de área alagadas do Nordeste, o Governo do Estado utiliza esses recursos na construção de um grande aterro em área ocupada por lagoa, na Zona Leste em frente ao bairro Ilhotas. A área mais tarde vai se tornar o Parque ambiental da Poticabana.

Na década de 1990, intensificam-se as instalações de parques ambientais municipais nas áreas de preservação dos Rios Poti e Parnaíba, criadas em 1988 juntamente com a lei de tombamento das árvores consolidadas da cidade. A criação das áreas de preservação ambiental nas margens dos rios surge como uma forma de proteger-las das ocupações irregulares que provocavam o desmatamento das margens e o assoreamento dos Rios. Mais tardes, alas vão se transformando em parques ambientais.

Desse processo de construção de parques ambientais a cidade hoje conta com um total de 23 parques ambientais, sendo 2 estaduais, 20 municipais e 01 particular (ver Tabelas 11 - Parques Ambientais).

6.2 A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

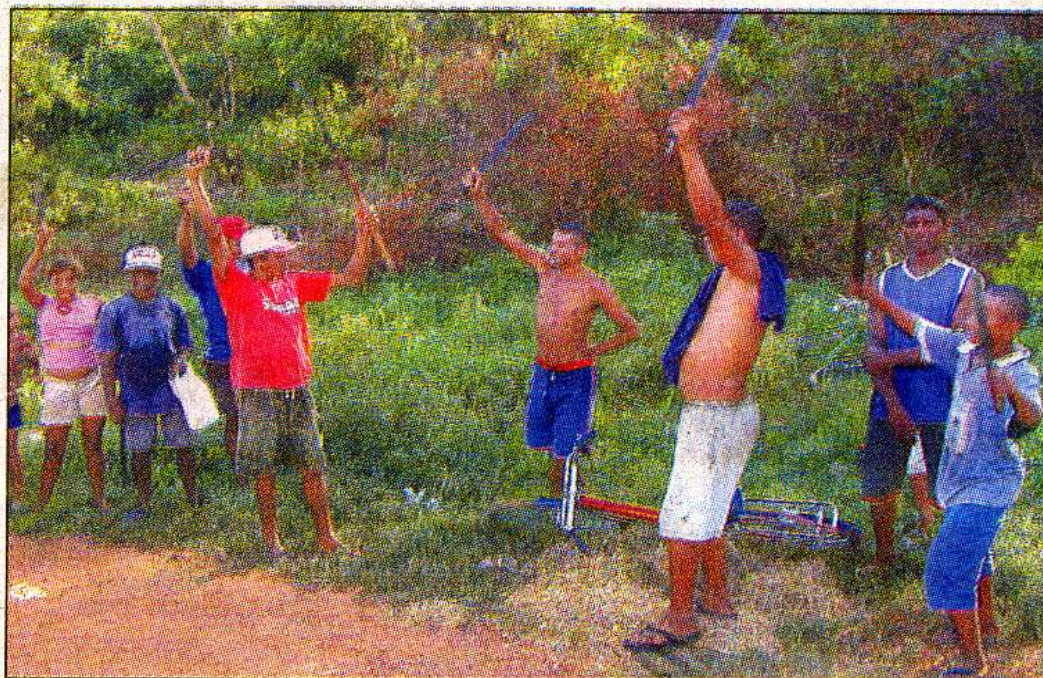
O processo de urbanização das cidades brasileiras caracterizou-se, nas últimas décadas, pela expansão desordenada, na periferia dos grandes centros urbanos, de loteamentos destituídos de infra-estrutura básica. Vastas extensões do território das cidades foram parceladas e ocupadas sem se levar em conta padrões mínimos de qualidade ambiental e à margem de qualquer regulação urbanística que garantisse segurança quanto à posse da terra e

FAMÍLIAS INVADEM PARQUE AMBIENTAL

Cerca de 150 famílias invadiram área de preservação ambiental em frente à Vila Frei Damião, na zona Su-

deste. Moradores da área apoiaram a invasão, alegando que o terreno é usado por bandidos. A PMT diz ser um parque. **A/10**

MANOEL MESSIAS / 2.12.2003



INVASÃO

Moradores mostram facões em área de preservação ambiental

Figura 02 - Famílias invadem Parque Ambiental.

Fonte: Jornal Meio Norte 03/12/2003.

um mínimo de qualidade de vida, principalmente para a população de baixa renda. Esse processo também é visto, em Teresina, através das ocupações irregulares em todos os bairros e em áreas insalubres dos bairros nobres.

Considerando que o modelo de ocupação que era aplicado, até então, além de representar risco para os assentados em áreas ambientalmente frágeis, comprometia a qualidade de vida na cidade, o Governo Federal, na tentativa de reverter o quadro de deterioração urbano-ambiental das cidades brasileiras, instituiu a Lei n 6.766/79 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. A Lei Lehman, como ficou conhecida, estabelecia exigências mínimas de padrões urbanísticos necessários para aprovar a implantação do loteamento urbano: drenagem de águas pluviais, redes de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.

Além destes padrões mínimos, a Lei estabelecia, também, limites para a ocupação do solo, observando cuidados com a preservação do meio ambiente, não permitindo, por exemplo, o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações; em terrenos com declividade igual ou superior a 30%; em áreas que tenham sido aterradas com materiais nocivos, a menos que fossem tomadas medidas para sanar esses problemas.

Também determinava que os loteamentos deveriam reservar (sem edificações) uma faixa de 15 metros de cada lado ao longo de cursos d'água, rodovias, ferrovias e dutos, e exige a doação para o Poder Público de, no mínimo, 35% da área da gleba a ser loteada para a implantação de sistema de circulação, áreas verdes e equipamentos como escolas, creches, posto de saúde etc.

O Código de Áreas Verdes e Arborização Urbana de uma cidade é o instrumento legal e de gerenciamento mais importante que pode existir para assegurar a existência de espaços que desempenhem funções de melhorias do ambiente urbano e da qualidade de vida dos seus habitantes.

Em Teresina, a partir de 1988, foram criadas as zonas de proteção ambiental, Lei 1939/88, que deveriam ser transformadas posteriormente em parques ambientais e instituído o patrimônio ambiental com o tombamento das árvores consolidadas da cidade (Lei 1942/88).

No planejamento urbano, a cidade deve ser pensada como um todo. Os sistemas de gestão das áreas verdes urbanas devem prever a existência e funcionalidade de um sistema municipal de áreas verdes ou de espaços livres, que considerem a densidade populacional dos

bairros ou setores da cidade e o potencial natural das áreas existentes e as suas áreas de verde de quintais.

Quanto à legislação federal, merecem atenção na gestão de áreas verdes e arborização urbana as Lei 7.803/89 que altera a Lei 4.771/65 que estabelece o Código Florestal Brasileiro

Em nível municipal, a Lei Orgânica do Município, o Plano Diretor (Agenda 2015) e leis complementares são fundamentais na gestão das áreas verdes locais.

Em 1996, o Município passa a ser regulamentado, quanto ao meio ambiente, através da Lei nº 2.475, de 04 de junho de 1996, que dispõe sobre a política de proteção, conservação, recuperação e desenvolvimento do meio ambiente. Essa lei, citada no “Capítulo III – A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL”, estabelece a educação como instrumento indispensável à consecução dos objetivos de preservação e conservação ambiental (SOARES, 2001, p.191-214).

A legislação ambiental do município de Teresina é constituída ainda pela lei de arborização 2798/1999 e pela lei de uso do solo urbano (Lei 2.265/93) que regulamenta as zonas de preservação ambiental (SOARES, 2001, p. 204).

Segundo o artigo 53º da lei de política ambiental do município (Lei 2.475/96), são instrumentos de aplicação da política ambiental local: a implantação do plano diretor de arborização urbana do município, a criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e de relevante interesse ecológico. Quanto ao plano de arborização, somente agora, com a agenda 2015 e a pressão do Vereador Odali (PT), começa a ser estudado pela prefeitura.

A legislação municipal hoje existente se preocupa com a criação das áreas de preservação ambiental na zona urbana da cidade, transformação dessas áreas em parques ambientais e estabelece algumas premissas para a institucionalização das ações a serem desenvolvidas para conscientizar a população sobre a preservação do verde da cidade.

A partir da exigência de áreas verdes nos loteamentos, consolidada em leis federais e rebatida em leis estaduais e municipais, constata-se um aumento das áreas livres nos bairros de Teresina.

A cidade conta hoje com cerca de 415 áreas livres resultantes de loteamentos. Destas apenas 158 encontram-se urbanizadas. Embora pareça resolver o problema da destinação de áreas livres para a construção de áreas de lazer, esse fato traz uma dificuldade que é a não determinação da responsabilidade pela execução da praça, como atribuição do

responsável pelo loteamento, o que tem permitido que os espaços livres, sem vigilância e destinação final adequada, sejam invadidos, utilizados para outros fins e até mesmo vendidos como tem acontecido com algumas dessas áreas em Teresina.

Além das áreas verdes reservadas em loteamentos para utilização pelo poder público, existem ainda, na zona urbana, áreas de proteção federal nas beiras de rios e lagoas, que vêm sendo ocupadas irregularmente.

Sobre essas áreas, Alcides Filho comenta

Teresina, por exemplo, é vanguarda em sua arquitetura, é vanguarda também na sua diagramação espacial e é vanguarda também, na proteção ambiental legal. Mas, ainda, está muito a desejar na prática desta proteção legal. Ela recupera historicamente nos anos 90 do século passado, no século XX, com os parques municipais, aproveitando áreas que por circunstâncias federais, que por proteção federal, já são de patrimônio da própria União, portanto, do município, principalmente as áreas que margeiam os rios, sendo o rio da, como por exemplo, o Parnaíba que é um rio da União, no mínimo 100m da margem do rio, aquilo pertence à União.(Entrevista com Alcides Soares Filho).

A cidade de Teresina apresenta uma leitura da sua arborização, a partir dos seus prefeitos e intendentes. Segundo Alcides Filho,

O Dr. Hugo Bastos, falecido, ele colaborou muito com... na ampliação dos oitis. Os oitizeiros do Dr. Hugo Bastos ainda hoje estão à frente do Getúlio Vargas. Nós tivemos o prefeito Freitas Neto que era pejorativamente chamado de “o prefeito do canteiro das florzinhas”, ele cuidou de ajardinar os canteiros das avenidas de Teresina. O Freitas Neto eram arbustos. Principalmente arbustivas. Não chegou a ser arbórea, porque como era uma área de canteiro, ele cuidou de trabalhar com arbustivas é de médio porte. Já o professor Wall Ferraz, com a criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a criação também do Parque Municipal de Teresina, onde morava o pai do ex-governador Guilherme Melo, aquilo criou para Teresina uma referência de um banco localizado de germoplasma, de sementes. Então, estes três, o Hugo Bastos, o prefeito Wall Ferraz, que já acrescentou a vegetação arbórea e o governador Alberto Silva, com os projetos paisagísticos de (Burle Max) na praça Da Costa e Silva, re-implantando, e o prefeito Freitas Neto com a vegetação decorativa das avenidas, são aqueles que na minha memória se manifestam como aqueles que mais contribuíram... (Entrevista com Alcides Soares Filho).

Na leitura da vegetação da cidade, não se pode deixar de registrar a instituição do Caneleiro como árvore símbolo da cidade pelo Prefeito Wall Ferraz e a utilização das carnaúbas nas avenidas pelo prefeito Freitas Neto, além da mata ciliar do Rio Parnaíba como um trabalho da FURPA.

6.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOVIMENTOS SOCIAIS

A facilidade oferecida pela natureza, localizada entre dois rios, possibilitando abastecimento de água, peixe e lazer e a abundância do material de construção oferecido pelas matas de cocais levam os moradores de Teresina a uma longa história de dependência do meio ambiente. No início da formação da cidade, a ação institucional, com os Códigos de Postura, e a imprensa local com as orientações de higiene e saúde, foram muito importantes para o estabelecimento de uma consciência ambiental aos habitantes de Teresina.

O processo de formação de uma consciência de preservação do meio ambiente, dadas as condições precárias de higiene, saúde, alimentação e calor existentes no local, passa inicialmente pela internalização de conhecimento, pelo desenvolvimento de habilidades e pela determinação de vontade dos atores locais, para o estabelecimento de condições, para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes. Assim instituir nos habitantes novos valores era fundamental para o bem-estar da população.

Nos primeiros anos da cidade, os costumes, hábitos de higiene e educação eram levados a população através dos Códigos de Postura ou pela imprensa local.

O jornal O APÓSTOLO (agosto de 1907, n.17, p. 1) mostra um exemplo da tentativa de passar conhecimentos e costumes à população, no seu artigo higiene e habitações: “Evite as correntes de ar, especialmente, estando suado, não tenha receio de arejar o aposento, abra as janelas cinco ou seis vezes ao dia, seja, qual for a estação”. (ARAÚJO, 1997, p. 39).

Os códigos de posturas versavam desde o modo de vestir das pessoas até as questões de limpeza pública, que, por falta de serviços públicos apropriados, era executada pela própria população.

Nos achados deste trabalho, na década de 1950, a escola pública já comemorava o dia da árvore, conforme depoimento de uma aluna da Escola Normal (entrevista de Dona Ilma). A EA também encontra registro nos projetos de educação do Colégio Dom Severino, conforme entrevista com o Senhor Cavalinho, apresentada no item anterior. A Educação formal já se preocupava, à época, com a interação aluno natureza.

O surgimento dos movimentos eclesiais de base nos bairros, a partir das décadas 1950/1960, mostra a preocupação de algumas entidades em educar para o convívio social. Alimentados pela ação pastoral desenvolvida pela Igreja Católica com a chegada do Bispo Dom Avelar e com a criação de organismos de repercussão social e educacional de pensamento progressista como o de Ação de Educadores de Base (MEB), além das organizações juvenis para

leigos, com destaque para a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC). Embora não tenha na pauta de reivindicação principal o meio ambiente, os problemas urbanos são a base dos movimentos àquela época. Temas como solidariedade, melhores condições de habitação, saneamento e fome são os enfoques principais (SANTOS; BRITO, 2001 p.33).

A partir da formação dos grupos de jovens da década de 1970, dentre eles pode citar-se o Movimento Contra a Carestia - MCC, do Parque Piauí, são discutidos os problemas das comunidades e esses jovens vão formando consciência dos problemas que os afligem, como fome, habitação, saneamento e liberdade de expressão. Os grupos de jovem evoluem para a formação de associações de bairro, que mais tarde se congregam na União dos Líderes Comunitários da Zona Norte de Teresina (ULCONORTE), na Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí (FAMCC), e na Federação das Associações de Moradores do Piauí (FAMEPI) dentre outras.

Um fato marcante da formação dos movimentos sociais em Teresina pode ser avaliado pelas notícias de jornais da época. O Jornal da Manhã, de 10 de julho de 1980, publica um manifesto da MCC, com o Título “Solidariedade aos estudantes presos conduzindo faixa” que mostra a atuação desse movimento na cidade (ver página 184)

Outra notícia de Jornal, com o título “Dirceu leva reivindicações ao governador Lucídio Portela” já demonstra a preocupação com os espaços de lazer necessários à comunidade e uma nova forma de agir desses movimentos.

A ACUI realiza audiência com governador, entregando um abaixo assinado com 5.654 assinaturas dos moradores reivindicando: uma praça e um complexo escolar no bairro. (Jornal O DIA, 06/04/1979).

Na década de 70 e ainda hoje, as ocupações de terra, como pressão para a solução de problemas habitacionais da classe mais pobre, provocam grande impacto ambiental, por meio dos processos utilizados nas ocupações. Desmatamento através de queimadas se constitui no principal deles. A preservação da vegetação nativa não é uma prioridade desses movimentos, dada a necessidade de agilidade nas ocupações, embora, não se possa negar que, quando consolidado o assentamento, as plantações são feitas com muita intensidade nos quintais e calçadas com a função de ampliar as habitações, amenizar o calor e complementação alimentar. Isso pode ser comprovado pela análise das fotografias em épocas como, antes, durante e depois de assentamentos em Teresina (Região da Vila da Paz, Vila Irmã Dulce).

Mas, nas outras esferas da sociedade, classe média e alta, à época, principalmente nas instituições de ensino superior, os problemas ambientais são discutidos pelos estudantes e professores.

Enquanto ocorriam as grandes conferências, nos anos de 1970 (CAPÍTULO II), os estudantes aqui, também, se organizavam em defesa do meio ambiente local. Segundo um dos entrevistados, nessa década, já se faziam manifestações em favor das árvores existentes nos espaços públicos da cidade. Segundo o ambientalista Alcides Filho,

Nós temos em Teresina, uma é... no começo dos anos 80, nós criamos aqui, no final dos anos 70, começo dos anos 80, o Cinéas Santos com o Paulo Machado, Rogério Lima, de Oeiras. O Rogério, eu e Paulo Machado de Teresina e o Cinéas lá pertinho de Guaribas, lá de Caracol. Nós criamos e fundamos aqui a primeira entidade. Você inclusive circulou, Socorro, a APDPC, o nome parecia até assim uma célula do partido Comunista. Mas era Associação Piauiense, de AP, de Defesa do Patrimônio Público, coisa assim; e aí nós fizemos as primeiras manifestações ditas ecológicas: de abraçar com árvores, por exemplo; pode parecer ridículo e não era pra gente, era militância para assim dizer, que aqueles angicos brancos que circulam a AGESPISA foram salvos graças a esses “poetas”, como éramos chamados, no começo dos anos 80 (Entrevista com o ambientalista Alcides Soares da Silva Filho).

Os movimentos estudantis, atentos aos acontecimentos da época, geralmente, bem informados pelos meios de comunicação, aos poucos vão conseguindo a adesão das organizações governamentais à causa do meio ambiente. Na visão do ambientalista citado acima, essa consciência se manifestou em alguns protestos realizados em defesa de árvores e palmeiras destruídas por queimadas na UFPI. Depois, estendeu-se aos Centros Acadêmicos da Época, passando a ser bandeira de movimentos estudantis. Um dos protagonistas daquela época deu o seguinte depoimento:

E vendo a faculdade, a Universidade Federal do Piauí incendiar quase 25 hectares de babaçu, pra plantar laranja, que nunca plantou. Nós, universitários, naquele instante, no dia seguinte, dois, três dias depois, o ambientalista fomos ao Teatro 4 de Setembro [...] Eu acredito que aí, de modo contemporâneo, de modo recente, ali foi um divisor histórico da cidade se importar panfletariamente com a questão do seu verde. A partir de então, vieram entidades como a Fundação Rio Parnaíba, a FURPA, vieram fundações e associações do Mocambinho, do Poti Velho, do Parque Piauí, do... Todos os Santos. A partir de então, Teresina percebeu que o verde não podia ser estatizado, não podia estar sob a responsabilidade apenas do município. Que a população tinha que fazer alguma coisa [...] “Verde são os quintais da minha terra”, marcou a Teresina se manifestando. Daí vieram entidades, hoje, de grande responsabilidade ambiental, como o TROPEN, que hoje forma aí, pós-gradua, [...]. Veio a criação da pós-graduação, dos cursos de biologia, o CCN manifestando as suas funções. O professor Noé Mendes com seus movimentos culturais, com o Núcleo de Estudo Histórico-

Culturais da Universidade Federal do Piauí. Então essas pessoas junto com o professor João Gabriel Batista, o engenheiro e geógrafo de grande renome e importância pro Estado, criaram referências de multiplicação e de difusão cultural, da preocupação e da resposta ética com o verde de Teresina. (Entrevista com o ambientalista Alcides Soares da Silva)

A ampliação do movimento resultou na criação de algumas entidades não governamentais, e instituições nos governos estaduais e municipais e nas universidades, até chegar à situação que se encontra hoje, como indica em sua fala a coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA local, Sr^a Maria Isolda Monte:

[...] É já existe várias instituições a nível local, de Teresina, já preocupado, né?. As instituições, a FURPA, né?, a Fundação do Rio Parnaíba, algumas ONGs e também as instituições estaduais, municipais que trabalham na área de meio ambiente, a Universidade também tem um projeto ambiental, né?, que a meta maior, era arborizar áreas em Teresina. Teve adoção de praças, para que cada associação cuidasse de uma praça. (Entrevista com a Sr^a Maria Isolda Monte)

As instituições de bairros participam hoje de maneira efetiva na elaboração das políticas públicas, como orçamento Participativo da Prefeitura Municipal e Agenda 21 local.

Consta da publicação do Agenda 2015, a Agenda 21 local, a participação de 40 associações de bairro de Teresina na sua elaboração (TERESINA, 2002a, p. 91).

Na década de 1980, vale também destacar o papel da imprensa escrita. Os jornais já mantinham colunas diárias tratando da questão ambiental, chegando a ter inclusive, na década seguinte, um correspondente na Rio-92. Jornais como O Estado e Jornal da Manhã são os responsáveis pelas primeiras colunas diárias com enfoque no meio ambiente. Segundo Alcides Filho,

Quem quiser conhecer a repercussão presente da criação, do surgimento desse movimento e do Partido Verde, inclusive, no Piauí, em Teresina, deve buscar as referências nas crônicas e nas publicações semanais do Jornal “O Estado”, que inclusive nos levou a ser o correspondente na Rio 92, para você ter uma idéia! (Entrevista com o ambientalista Alcides Soares da Silva Filho).

“Solidariedade aos estudantes presos conduzindo faixa”

O Movimento Contra a Carestia, ao tomar conhecimento dos atos de arbitrariedade ocorridos por parte dos órgãos de segurança durante a passagem do Papa João Paulo II por Teresina, vem de público solidarizar-se com os quatro jovens estudantes que foram presos por estarem com a faixa que dizia SANTO PADRE: O POVO PASSA FOME!.



Figura 03 – Nota publicada na imprensa local em solidariedade aos presos por ocasião da passagem do Papa João Paulo II por Teresina.

Fonte: Jornal da Manhã, de 10/07/1980.

A televisão, como veículo de grande penetração nos lares teresinense, também tem papel fundamental na transmissão de conhecimento na área ambiental. Nos achados desta pesquisa, se verifica que, na década de 1970, algumas ocorrências já aconteciam nesse sentido. O programa “Ondas Verdes”, na TV Educativa, na época do segundo governo Alberto Silva, o “Clube Comunidade”, na TV Clube, são exemplos desse início e que deram origem depois a programas como “Aguapé”, “Trilhas de Rumos”, que hoje estão levando a EA à cidade, nesse tipo de veículo de comunicação.

Silva e Sales (2000, p. 18), pesquisando quais as fontes que mais contribuíam no processo de construção de representações sociais, em alunos do ensino fundamental, sobre meio ambiente, constataram que a televisão contribuía nesse processo com 80%; e a escola, com 70%. As revistas, com 32%, e os jornais, em 30%, e por ultimo com 16%, a família. Segundo os autores,

A indicação da televisão pelos alunos demonstra a importância desse meio de comunicação para levar informação às pessoas em relação às questões ambientais, mas por outro lado, esse fato inspira uma certa preocupação, pois, segundo Quadros (1996, p. 16), “a televisão é influenciada por todo um sistema socioeconômico ligado às multinacionais e, acaba freqüentemente veiculando uma imagem distorcida da natureza” (SILVA e SALES, 2000, p. 18).

A partir da década de 1980, com a criação das secretarias de meio ambiente e a secretaria de desenvolvimento urbano, no município, e baseada em uma legislação de 1988, intensifica-se a criação de parques ambientais em áreas de preservação ambiental. Em 1993, com a lei 2265, que define as diretrizes para o uso do solo urbano e dá outras providências, entre elas a criação das áreas de preservação ambiental, e com a lei de política ambiental instituída em 1996, os parques ambientais passam a ser de fundamental importância na socialização dos conhecimentos relativos ao meio ambiente e à formação de consciência ambiental para a população local.

Nesse sentido, o IBAMA tem dado grande contribuição. Nos últimos 5 anos, esses órgão tem procurado mudar o foco da sua atuação da punição para a formação de uma consciência ecológica nos usuários do meio ambiente. Vem procurando executar uma política de informação, para lhe tirar a imagem de órgão repressor. Essa política compreende o treinamento de pessoal e campanhas educativas.

Segundo a funcionaria do IBAMA responsável pelo núcleo de Educação Ambiental do órgão,

há mais de cinco anos foi criado o núcleo de educação ambiental com a finalidade realmente de preservar, de... a parte informativa, educativa, porque o IBAMA é visto só como um órgão repressor, é o que faz cumprir a política nacional, a questão das leis e a gente sentiu a necessidade de informar o público quanto à informação, à necessidade de preservar os recursos naturais antes de que venha a repressão, a gente faz um trabalho preventivo pra que venha minimizar esse esgotamento dos recursos naturais (Entrevista com a Sr^a Maria Isolda Monte).

Os trabalhos de EA, desenvolvidos pelo IBAMA, em Teresina, ainda se mostram tímidos, dando ênfase à arborização da cidade e à execução de alguns seminários.

E é uma preocupação, anualmente a gente faz também uma campanha, na festa anual das árvores, mostrando a importância dessa vegetação, a importância do verde. Distribui mudas, faz palestras educativas voltadas mais para a questão de arborização também da cidade por ocasião da festa anual das árvores, né? A gente faz um trabalho muito significativo nessa área . (Entrevista com a Sr^a Maria Isolda Monte).

As parcerias do setor público com a iniciativa privada se formalizam já no final da década de 1990. Algumas entidades governamentais e não governamentais e a iniciativa privada passam a atuar em Teresina na preservação do meio ambiente. A atuação conjunta do IBAMA e instituição governamentais e não governamentais visa, também, ao desenvolvimento do Plano Estadual de EA. O primeiro foi estabelecido em 2000. Atualmente, encontra-se em processo de formação um novo Plano de Educação para o Estado e com esse objetivo foi realizado o II Seminário de EA no Piauí.

[...] IBAMA, UESPI, Universidade, FURPA, todos os órgão, né?, que trabalham juntos para melhorar essa questão da educação ambiental e que por meio da educação a gente consiga um trabalho de prevenção, de conservação da natureza porque do jeito que está, se não tiver a informação para as pessoas terem um nível de consciência maior, não se vai atingir os objetivos realmente que é para um trabalho pedagógico de ação permanente, porque a educação ambiental é um trabalho contínuo. (Entrevista com a Sr^a Maria Isolda Monte)

Segundo a fiscalização do IBAMA, a participação da comunidade na preservação das árvores da cidade se constata no maior número de denúncias realizadas pelo Teresinense no sentido de preservar o verde, nos últimos anos:

basicamente o que nós temos aqui sobre a participação da comunidade, no sentido de preservar o verde e contribuir para que ela pudesse fazer o horto florestal de Teresina aumente é justamente a conscientização que tem aumentado nos últimos anos, no que diz respeito a denúncias que a comunidade informou para o IBAMA contra pessoas que danificam ou fazem erradicação dessa cobertura florestal. (Entrevista com o Sr. José Ivan Santos Cruz).

A preocupação com a preservação das áreas verdes, dos teresinenses, pode ser constatada na vigilância mantida por esses junto aos órgãos encarregados de manutenção da poda da arborização pública como a CEPISA e INFRAERO. Esta vigilância é mais notada com relação às áreas de praças e ruas da cidade, e até mesmos nas áreas internas de condomínios. Segundo a fiscalização do IBAMA,

Normalmente, isso ocorre em logradouros públicos, né? Pela lei de crimes ambientais, considera crime quem faz maus tratos, ou faz podas, digamos [...], ou cortes de árvores em logradouros públicos sem a autorização do órgão ambiental competente. Isso ocorre muito em praças e até mesmo em condomínios, né? porque no caso dos condomínios o responsável por manter aquela cobertura florestal são os condôminos, e às vezes os síndicos que tem a participação que [...] e os condôminos manda cortar. Recentemente tivemos problemas aqui no Residencial Santa Marta quando foram cortar algumas árvores sem a [...] dos condôminos (Entrevista com o Sr. José Ivan Santos Cruz).

A falta de treinamento de empregados de repartições públicas para o trato das questões ambientais tem provocado alguns incidentes, nos quais a população aparece na defesa das árvores da cidade. Isso é mostrado pela fiscalização do IBAMA nesta parte da entrevista.

Tivemos, por incrível que pareça, também, a participação do Poder Público Municipal num episódio desse, aqui na Avenida Marechal Castelo Branco, entre o CEFAPI e a ponte da Avenida Frei Serafim. Ela é arborizada com carnaubeira. Então a prefeitura através do serviço de parques e jardins, ninguém sabe com ordem de quem, fez uma poda nas carnaúbas. Só que carnaúba é uma espécie de árvore de crescimento apical então não tem como podar uma espécie daquela. Resultado, a procuradoria de meio ambiente mandou a denúncia e nós constatamos e a prefeitura municipal foi multada, né? 500 reais por cada carnaúba que foi mutilada; na época parece que foi 19.500 reais a multa aplicada. Tivemos um caso muito famoso, também, quando a INFRAERO foi fazer a poda dos oitizeiros da Centenário alegando questão de insegurança de voo. Até que eu entendo que se realmente é necessário, lógico que fosse preciso fazer, mas que tivesse autorização do órgão ambiental competente. Na época, me recordo, foi um sábado à tarde, estava até de folga, quando chegou a denúncia, nós tivemos que ir lá para a policia federal pra embargar a execução da poda (Entrevista com o Sr. José Ivan Santos Cruz).

Como resultado das manifestações populares em defesa da vegetação local, a prefeitura e o legislativo têm sido obrigados a tomar providência no sentido de preservar essa vegetação que, embora não seja a nativa, já faz parte da paisagem de Teresina. O tombamento de árvores na Av, Centenário, na região compreendida pela av. Santos Dumont, o Tamboril na Praça Saraiva e alguns oitis na rua Paissandu são exemplo desses acontecimentos. No relato da fiscalização do IBAMA, pode-se verificar esse processo.

Em função daquilo, a prefeitura fez uma lei municipal tombando todos os oitizeiros da Avenida Centenário. Assim, como ocorre com algumas árvores de praças aqui de Teresina (Entrevista com o Sr. José Ivan Santos Cruz).

O resultado da parceria dos órgãos oficiais com entidades não governamentais, segundo o relato da fiscalização do IBAMA, tem dado bons frutos. O trecho da entrevista abaixo assim descreve algumas ações conjuntas das parcerias:

nós conseguimos a muito custo, e também, com a participação da FURPA botar Teresina no caso muito, ... não vou dizer no mundo, que eu não conheço o mundo, mas no Brasil. Praticamente em todas as capitais, eu acho que a única capital que tem alguma coisa de mata ciliar ainda no centro urbano do município. Então a mata ciliar dos parques ambientais, Poty I, II, III, Acarape I, II, Prainha, existe hoje graças ao trabalho do IBAMA, a Prefeitura e FURPA e o Ministério Público, que na época nós conseguimos através da ação civil publica retirar todas as casas, oficinas de carro que existiam na margem do rio Parnaíba, Poty e a partir dali foi feito um trabalho de revegetalização da mata ciliar (Entrevistas com Sr. José Ivan Santos Cruz).

Esse processo de cuidado com a arborização da cidade já traz um sentimento de orgulho na população, pelos resultados alcançados, pela beleza dos espaços conseguidos.

Hoje quem sobrevoa Teresina vê uma coisa espetacular, né? Já temos as pistas de Cooper, então, todas as pessoas que vem a Teresina ficam impressionadas como que dentro da cidade ainda existe aquilo (Entrevistas com o Sr. José Ivan Santos Cruz).

Embora a EA formal no município, no momento, não apresente um programa eficiente, os resultados alcançados, de maneira global, na arborização da cidade tem dado bons resultados.

Na visão de José Ivan, fiscal do IBAMA,

É... é motivo também de satisfação a questão da educação ambiental que a nível institucional através da Secretaria de Educação do Município, do Estado e também do IBAMA, vem despertando junto a comunidade, nas escolas embora informalmente esse trabalho, né? de educação ambiental. Com isso tem crescido a consciência das crianças, da própria comunidade no sentido de preservar. Eu não tenho a estatística, mas antigamente o que a Prefeitura arborizava na cidade, eu acho que, quatro meses depois já estava tudo destruído. Hoje, nós vimos que esse trabalho, aqui, arborização das praças e avenidas desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Teresina, tem surtido efeito. A gente percebe na Avenida Petrônio Portela, Alameda Parnaíba, Miguel Rosa que elas foram arborizadas com espécies nativas? né, de crescimento muito lento, no caso, de angico, aroeira, é... (pau ferro) e eles hoje estão aí. Já são testemunhos de que? De um trabalho de conscientização que já surtiu efeito, porque se hoje existe arborização em praças e avenidas é sinal de que a comunidade também contribuiu para que se tivesse esse sucesso.

Eu não tenho dados, mas creio que nos últimos anos com o advento da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o IBAMA, a FURPA, o índice de cobertura florestal de Teresina, de arborização urbana tem aumentado (Entrevistas com o Sr. José Ivan Santos Cruz)

O comportamento do teresinense é hoje o resultado de um processo educativo muito longo no aspecto ambiental. A sua relação com a vegetação nativa e a convivência com os rios passou por várias etapas de constituição. O modo de habitar em convivência com a natureza, para dela retirar os benefícios da sombra, faz parte da história do teresinense com a formação das áreas verdes locais saindo dos quintais para à formação das praças e arborização de ruas, até chegar aos parques ambientais. A EA não formal tem contribuído com a formação de uma massa verde muito expressiva na cidade. Dando ainda hoje um caráter verde a cidade e à impressão de uma convivência pacífica com as áreas verdes que, analisada em profundidade, mostra que ainda há muito que fazer.

Existem controvérsias sobre a quantidade de área verde na cidade de Teresina. Segundo a Prefeitura, “Teresina apresenta um quadro insatisfatório na relação metros quadrados de área verde por habitante. O nível atual: 7m²/hab está abaixo dos índices ponderados como satisfatórios pela ONU (12m²/habitante)” (TERESINA, 2001). Já a publicação Teresina 1852-2002, lançada pela gráfica Claudino, por ocasião do aniversário da cidade, considera que Teresina já possuía, em 2002, treze metros quadrados de área verde por habitante.

Em estudo realizado no Capítulo VII desta dissertação, procura-se determinar a densidade de verde de acesso público por habitante e a participação do verde dos quintais na massa verde da cidade.

A relação “habitação” versus árvore, estudada como uma relação entre área construída e área verde, pode ser associada à necessidade de minorar as condições de desconforto ambiental, causado pelo clima quente equatorial e agravado por uma situação de interiorização geográfica. A arborização tem contribuído para amenizar o calor, tanto nas ruas e avenidas quanto nos quintais das casas, ampliando as varandas dos imóveis e protegendo do calor.